



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PSL/RJ

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**  
(Da Sra. Deputada **CHRIS TONETTO**)

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de prever como circunstância qualificadora o homicídio quando cometido contra menor de idade ou incapaz, por ascendente, responsável ou qualquer que, por estar inserido no contexto familiar, tenha obrigação de protegê-lo.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de prever como circunstância qualificadora o homicídio quando cometido contra menor de idade ou incapaz, por ascendente, responsável ou qualquer que, por estar inserido no contexto familiar, tenha obrigação de protegê-lo.

Art. 2º O §2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

**“Homicídio simples**

Art. 121. ....

**Homicídio qualificado**

§ 2º .....

IX - contra menor de idade ou incapaz, por ascendente, responsável ou qualquer que, por estar inserido no contexto familiar, tenha obrigação de protegê-lo:

.....  
Pena - reclusão, de doze a trinta anos.” (NR)

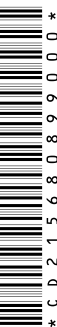
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonetto

Para verificar a autenticidade, digite no site: [www.camara.gov.br/legislação/projeto-de-lei.aspx?numero=446&ano=2021](http://www.camara.gov.br/legislação/projeto-de-lei.aspx?numero=446&ano=2021)

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar | Gabinete 446 | 70100-970 Brasília DF  
Tel (61) 3215-5446 | [dep.christonietto@camara.leg.br](mailto:dep.christonietto@camara.leg.br)





## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar a tipificação penal para o homicídio quando cometido contra menor de idade ou incapaz, por ascendente, responsável ou qualquer que, por estar inserido no contexto familiar, tenha obrigação de protegê-lo.

Apesar de verificada a sua característica duplamente antinatural, o Código Penal brasileiro ainda é omissivo quanto a qualificar essa modalidade de homicídio, restringindo-se apenas à aplicação das agravantes genéricas do art. 61.

Desta forma, tendo em vista a emergência assustadora de casos de homicídio contra menores de idade e incapazes por aqueles que, tendo por dever zelar por sua integridade, voltam-se, de forma injustificável, contra a própria natureza das coisas, urge a inadiável necessidade de punir com um maior rigor legal os agentes de tantos casos bárbaros que, consternados, somos obrigados a tomar conhecimento, a exemplo dos assassinatos de (i) Isabela Nardoni (seis anos de idade) – jogada pela janela de um prédio após ser espancada –, crime que resultou na condenação de seu pai e de sua madrasta; (ii) de Bernardo Boldrini (onze anos de idade) – morto em decorrência de hiperdosagem de medicamento –, tendo sido condenados seu pai e sua madrasta, além de outros dois partícipes; (iii) de Joaquim Pontes Marques (três anos de idade), estrangulado pelo padrasto, que admitiu o crime; (iv) de Rhuan Maycon da Silva Castro (nove anos de idade) – esfaqueado, esquartejado e decapitado –, cuja mãe e sua companheira restaram condenadas a mais de 129 (cento e vinte e nove) anos de prisão. Mais recentemente, tivemos a infeliz notícia sobre o pequeno Henry Borel, de quatro anos de idade, que teve morte suspeita, tida como assassinato e cujas investigações hoje recaem sobre sua mãe e seu padrasto.

O conhecido mito grego de Medeia que, apaixonada pelo herói Jasão e sendo traída por ele, mata seus próprios filhos, a fim de que a dor de seu amado seja maximizada, simboliza o alto nível de reprovabilidade social desse tipo de crime desde as mais longínquas eras e das mais remotas culturas, o que justifica a necessidade de uma adequação da legislação penal brasileira, ainda vendada quanto a isso, com o objetivo de reprimir ainda mais tal atentado. No mito, a bárbara Medeia é salva da punição em uma carruagem de ouro enviada por seu avô, Hélio, o deus do Sol da mitologia grega. No Brasil, decerto, Medeia deixaria de receber a justa punição por seu crime pela carruagem dourada da omissão legislativo-punitiva.

Diante da reflexão construída e dos recentes casos de barbárie cometida contra nossas crianças, adolescentes e pessoas incapazes, que com certeza ficarão gravados nas mentes de

